**Memórias de uma escola itinerante do Paraná**

Cintia Aparecida Paião[[1]](#footnote-1)

GD5 – História da Matemática/Educação Matemática

Resumo do trabalho. A proposta de pesquisa apresentada tem por objetivo produzir uma dissertação de mestrado acerca da criação da Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi. Criada em 2009, essa Escola Itinerante, por sete anos realizou a formação dos sem terra no acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra “Eli Vive”, localizado no distrito Lerroville, no município de Londrina, Paraná. Para tanto, será mobilizada a metodologia da História Oral Temática, para, por meio de entrevistas, registrar as memórias dos sujeitos que participaram desse processo. Espera-se oferecer uma contribuição para a socialização e valorização da experiência da Escola Itinerante, e para as práticas pedagógicas desenvolvidas em todas as áreas na atual Escola Municipal do Campo Trabalho e Saber do assentamento.

**Palavras-chave**: Escola Itinerante; Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Memórias; História Oral.

**O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Escola Itinerante: a escola de acampamento**

Inicialmente, pretende-se realizar uma reflexão sobre o processo histórico de constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no sentido de conhecer a organização desse movimento social na história da luta pela reforma agrária no Brasil e situar nesse processo o reconhecimento e conquista da Escola Itinerante (EI) como local para a formação educacional da comunidade nos acampamentos.

Segundo Sapelli (2013, p. 81), as experiências de escolas em acampamentos são anteriores à criação oficial do MST, em 1984. Fundamentada em Camini (2009), a autora relata que a primeira escola em acampamento foi construída em 1982, no acampamento organizado na Encruzilhada Natalino, no noroeste do Rio Grande do Sul.

Até 1996, nenhuma escola foi regulamentada em acampamento, foi apenas neste ano que o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (CEE/RS), por meio do Parecer 1313/96, com base na Lei Federal 5692/71, aprovou o funcionamento como “experiência pedagógica”, por um tempo determinado de dois anos.

Essa experiência foi prorrogada por duas vezes pelas Resoluções 237/98 e 247/99 (CAMINI, 2009). Mesmo sendo legalizada, a escola itinerante sofreu pressões no Rio Grande do Sul, especialmente durante o governo de Yeda Crusius, que levou ao fechamento das mesmas, em 2009 (WEISSHEIMER, 2009). Nos arquivos do MST/PR encontramos vários documentos (Convênios, Relatórios, Formulários e outros) produzidos na experiência de lá e que serviam de referência para os encaminhamentos no Paraná (SAPELLI, 2013, p. 81).

A criação das EI no Paraná foi inspirada no percurso realizado no Rio Grande do Sul e na experiência vivenciada no acampamento organizado em 1999, em frente ao Palácio do Iguaçu, em protesto às políticas relativas à reforma agrária realizadas pelo governo estadual sob a gestão do governador da época, Jaime Lerner. Nesse acampamento, foi montada uma escola que funcionou por 14 dias e foi batizada de Escola Itinerante (SAPELLI, 2013, p. 81).

Segundo Sapelli (2013, p. 82), as EI no Paraná têm como marco de criação o ano de 2013, quando se iniciaram as atividades da Escola Itinerante Paulo Freire no Acampamento 1º de Maio, às margens da rodovia PR151, que liga General Carneiro a Bituruna, Paraná.

No contexto da regulamentação, o Conselho Estadual de Educação do Paraná (CEE/PR) aprovou o funcionamento das EI, por meio do Parecer nº 1012, de 8 de dezembro de 2003, e da Resolução nº 614, de 17 de fevereiro de 2004, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR), em 8 de dezembro de 2004, também como “experiência pedagógica”, por dois anos, que foi renovada para mais três anos por meio do Parecer 735/05. A aprovação definitiva do CEE/PR se deu em 2008.

A EI é parte da luta dos trabalhadores rurais por uma educação do campo, por uma educação que esteja orientada para a formação educacional que considera os sujeitos como sujeitos de direitos e, nesse âmbito, têm no direito à terra um dos direitos humanos fundamentais para uma existência com dignidade, onde o espaço e o tempo da formação escolar são compreendidos como fundamentais para as reflexões e as ações possíveis para orientar novas formas de viver e de construir a vida individual e coletiva no campo.

Segundo Caldart (2009, p. 42),

A Educação do campo, fundamentalmente pela práxis pedagógica dos movimentos sociais, continua e pode ajudar a revigorar a tradição de uma educação emancipatória, retomando questões antigas e formulando novas interrogações à política educacional e à teoria pedagógica. E faz isso, diga-se novamente, menos pelos ideais pedagógicos difundidos pelos seus diferentes sujeitos e mais pelas tensões/contradições que explicita/enfrenta no seu movimento de crítica material ao atual estado de coisas.

De acordo com Caldart (2009, p. 145), pode-se reconhecer o MST como protagonista principal no movimento de reivindicação por uma educação do campo, sendo essa não algo dado, mas objeto de conquista dos trabalhadores organizados em busca da garantia por acesso a direitos fundamentais. Essa escola, fruto da reivindicação organizada, tem “a luta social e a organização coletiva (constituidoras do movimento social) como matrizes formadoras”.

De acordo com Camini e Ribeiro (2011, p. 46), a EI aproxima-se de uma nova escola, com características distintas, não só pela condição de itinerância, mas pela maneira que é pensada e vivenciada pela comunidade dos trabalhadores rurais sem terra.

Pode-se afirmar que a Escola Itinerante tem uma experiência acumulada, próxima a fronteira de uma nova escola, quanto a: à forma escolar, ao currículo, ao processo de avaliação, aos tempos educativos, à formação de educadores, à descentralização da sala de aula, à relação da escola com a vida em seu entorno (CAMINI; RIBEIRO, 2011, p. 145).

A EI parte do reconhecimento da necessidade da continuidade da formação educacional da comunidade acampada, das crianças, jovens e adultos que geralmente precisavam frequentar escolas que eram distantes das regiões rurais de acampamentos, o que implicava em longos percursos até a instituição escolar. Além do percurso, as relações estabelecidas nas instituições escolares, muitas vezes, eram discriminatórias quanto à condição de participação desses e de suas famílias no movimento de ocupação de terras (SAPELLI, 2013).

A EI surge no MST com o objetivo de propiciar dignidade para a comunidade dos acampados, a escola em itinerância carrega, em sua identidade, o mais fundamental princípio da luta da escola do campo: a educação formal no local de vivência dos estudantes. Uma escola para e da comunidade, seja ela acampada, assentada, trabalhadora assalariada do campo e/ou outra (CALDART, 2009, p. 43).

*A Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi (Cidinha): uma história a contar*

Os assentamentos Eli Vive I e II estão localizados a 10 km do distrito de Lerroville, do município de Londrina, no Norte do Paraná. Os assentamentos recebem esse nome em homenagem a Eli Dallemole, sem terra assassinado em decorrência da ação articulada pelo dono da fazenda Copramil (Ortigueira-PR), em parceria com uma quadrilha que atuava em um esquema de roubo e receptação de gado e de máquinas agrícolas no interior do estado. Eli Dallemole foi executado em 30 de março de 2008, dentro de casa, no assentamento Libertação Camponesa, em Ortigueira, onde morava com a família (POLÍCIA CIVIL, 2008).

Os assentamentos são resultados da ocupação das antigas fazendas Guairacá e Pininga. A fazenda Guairacá, uma das maiores propriedades rurais de Londrina, foi adquirida em 1928, de propriedade de apenas uma família, foi utilizada por 81 anos para a produção latifundiária da terra. Essa fazenda foi ocupada pela primeira vez em 1991, porém essa ocupação foi encerrada por meio de um despejo violento. Em fevereiro de 2009, no feriado de carnaval, cerca de 190 famílias do MST montaram acampamento nas fazendas Guairacá e Pininga. As áreas de 5,4 mil hectares e 1,8 mil hectares, respectivamente, estavam em processo de compra pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (SAPELLI, 2013).

A criação dos assentamentos Eli Vive I e II foi regulamentada por meio das Portarias nº 30 e 31, em 25 de agosto de 2007, e a terra destinada para assentamento de 541 unidades agrícolas familiares. A regularização de 501 lotes foi realizada no dia 27 de setembro de 2013, quando aconteceu o sorteio para distribuição das famílias e a assinatura do acordo de cooperação entre o INCRA a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), a Caixa Econômica Federal (CEF) e a associação comunitária dos assentados (INCRA, 2013). Nessa ocasião, o então superintendente do INCRA no Paraná, Nilton Bezerra Guedes, destacou:

O assentamento Eli Vive agora é uma área pública que será um espaço para a produção rural sustentável. Com essa intervenção do Incra, reforçamos a reforma agrária como uma política estruturante que desconcentra a terra, distribui renda e diminui a pobreza no campo (INCRA, 2013).

Menos de um mês depois da ocupação da área, no dia 23 de março de 2009, foi criada a Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi. A escola foi e é parte de todo o processo vivenciado no movimento de luta e conquista da terra nessa comunidade.

Em depoimento concedido a Lucia Siebert Sapelli, em 20 de maio de 2011, uma das lideranças do assentamento assim descreve a relação da comunidade com a escola: “a comunidade queria a escola porque ela acompanha o acampamento, [...] a escola é importante porque ensina a comunidade, é lugar de encontro da juventude” (SAPELLI, 2013, p. 149).

 A construção da EI é uma das primeiras providências tomadas na organização do acampamento, sua proposta é fundamentada nos princípios filosóficos e pedagógicos do MST e tem como principal objetivo atender as necessidades das famílias acampadas, ao caracterizar-se por ser uma escola voltada para a identidade diferenciada da realidade da vida do campo (SAPELLI, 2013, p. 83).

Assim como o nome do assentamento, o nome da escola foi escolhido em homenagem à sem terra educadora Maria Aparecida Rosignol Franciosi, que atuou na Escola Itinerante Caminhos do Saber e faleceu num trágico acidente de carro.

Segundo Sapelli (2013, p. 147),

A escola iniciou suas atividades em 23/03/2009 no barracão de confinamento de gado, na sede da fazenda, portanto, no mesmo ano da segunda ocupação da fazenda. Os educadores vieram de Ortigueira e Cascavel. Para sentar, as crianças usavam os cochos. A escola era vinculada, no início, à Escola Base Centrão. Como era difícil o deslocamento para a sede da fazenda, a comunidade fez um mutirão e construiu a escola de bambu e lona dentro do acampamento. Em 2010, a escola recebeu a estrutura da EI Terra Livre, de Cascavel e Anton Makarenko, de Amaporã (a comunidade juntou dinheiro para buscar os materiais). Assim, em agosto de 2010, a escola mudou para o Acampamento. Em 2011, construíram uma nova escola. Cada brigada (50 famílias) ficou responsável pela construção de uma sala de aula e, assim, em 2012, foram construídas mais seis salas. Em 2011 e 2012 a escola atendia educandos da Educação Infantil ao Ensino Médio.

Em 2016, a EI Maria Aparecida Rosignol Franciosi, que era responsabilidade da SEED/PR, se dividiu em duas instituições: o Colégio Estadual Maria Aparecida Rosignol Franciosi, oferecendo Ensino Fundamental II e Ensino Médio, sob responsabilidade do governo estadual; e a Escola Municipal do Campo Trabalho e Saber, oferecendo Educação Infantil e Ensino Fundamental I, sob responsabilidade do município de Londrina. Essas duas instituições dividem a mesma estrutura física, que, anteriormente, era da EI, sendo prevista a construção de novas instalações para a escola municipal. Também, foi criada a Escola Municipal do Campo Egídio Brunetto – esta localizada no assentamento Eli Vive II – com oferta de Educação Infantil e Ensino Fundamental I.

Nos sete anos de EI é que se deu a concretização do direito à educação nessa comunidade, um acesso feito e mantido às próprias mãos, e que construiu nessa trajetória uma forma própria de pensar o ensinar e o aprender e sua relação com o movimento de reivindicação pelo direito à terra.

Revelar uma parte das experiências dessa nova escola na história da comunidade dos assentamentos Eli Vive I e II é o objetivo de pesquisa que orienta essa proposta. Objetiva-se registrar as narrativas dos sujeitos que vivenciaram e atuaram no contexto da criação da Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi, em um exercício de pesquisa para a criação de fontes históricas e para a socialização dessa experiência que oportunize o clareamento e a valorização da educação do campo e da experiência pedagógica da EI.

**Mobilizar a História Oral para contar a trajetória da criação da Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi: registro e socialização da experiência da EI**

A pesquisa será desenvolvida por meio da metodologia da História Oral. Segundo Santhiago e Magalhães (2015, p. 22), a História Oral “é essencialmente, um método de pesquisa que através da técnica da entrevista, registra as memórias narradas de um indivíduo, em primeira mão”, caracterizando-se por ser uma atividade onde o entrevistado compartilha memórias-relatos que “viveu e viu”.

Objetiva-se mobilizar essa metodologia de pesquisa como “salva-guarda da memória” e parte “da afirmação da identidade” da comunidade pesquisada (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2015, p. 22).

A História Oral nasce no “contexto da valorização do tempo presente”. Inicialmente utilizada como possibilidade de complementação de fontes documentais e criação de fontes, foi na década de 1960, apropriada para se fazer a “contra-história”, uma “história dos excluídos”, que permite que as experiências de grupos sociais, historicamente relegadas ao apagamento no contexto da história convencional, sejam preservadas por meio da narrativa das memórias das experiências vividas nesses contextos (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2015, p. 22).

Como resultado do método de registro das memórias narradas, a História Oral “é uma fonte de informações derivada desse trabalho de registro”, uma fotografia da narrativa possibilitada por um conjunto de “procedimentos” (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2015, p. 22).

Mais do que informar sobre acontecimentos, a fonte oral descortina o significado que eles tiveram para as pessoas que os viram ou vivenciaram. Tantos os fatos quantos as percepções sobre tais acontecimentos são importantes na construção do conhecimento (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2015, p. 23).

A opção por essa metodologia atende ao nosso objetivo de elaborar um registro das memórias acerca da criação da Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi, a partir de diversas fontes, a fim de descortinar as vivências dessa comunidade no movimento popular pela reforma agrária e pela educação do campo.

A memória é o objeto que permeia a entrevista desenvolvida por meio da História Oral. Compreende-se a memória, como um processo, “construções que fazemos sobre os fatos vividos”, pois a memória é, por definição, um termo que dirige nossa atenção não ao passado, mas “*à relação entre passado e presente*”(POPULAR MEMORY GROUP, 1998, p. 78 apud SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2015, p. 36, grifos dos autores).

Na realidade a memória é permeada tanto pela factualidade (que está, sim, presente nas entrevistas) quanto pela impressão: ela registra não apenas os acontecimentos, mas a forma como esses acontecimentos foram digeridos por quem os rememora. E isso nos interessa na história oral: a percepção de quem narra (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2015, p. 37).

As lembranças dos narradores, a impressão registrada pela memória da “forma” como os acontecimentos foram percebidos por esses é o que interessa à História Oral.

Para o desenvolvimento da proposta de pesquisa, utilizaremos a modalidade de História Oral Temática, que se caracteriza por objetivar que o entrevistado faça uma narrativa sobre um tema específico, no caso sobre a criação da Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi. A história de vida do entrevistado está imbricada na sua percepção e memórias e estará na sua narração sobre fatos temáticos, mas o centro da narração estará no objeto de estudo.

As entrevistas serão gravadas, transcritas e textualizadas, sendo a cada etapa solicitada a autorização dos entrevistados para continuidade do trabalho, numa relação voltada para o respeito ao entrevistado de decidir participar da pesquisa de forma esclarecida quanto ao andamento da mesma e também quanto a sua continuidade e divulgação.

Objetiva-se criar momentos de entrevistas que tenham como fundamento o diálogo de igualdade e diferença, em que seja possível haver “um diálogo de aprendizado para ambas as partes, no qual duas visões se encontram e se misturam, nenhuma delas tendo privilégio sobre a outra” (SANTHIAGO; MAGALHÃES. 2015, p. 46).

Dessa forma, objetiva-se, a partir das narrativas, realizar uma reflexão sobre a criação dessa escola e sua relação com as políticas educacionais e desafios postos a essa instituição escolar construída pela luta do movimento social e para a formação dos trabalhadores rurais organizados no MST.

Como produto educacional[[2]](#footnote-2), objetiva-se desenvolver uma plataforma digital para organização e divulgação da história da Escola Itinerante Maria Aparecida Rosignol Franciosi. A organização da plataforma digital tem como objetivo organizar os dados e as narrativas sobre a história da escola que poderão contribuir em ações para a formação continuada dos professores, ações de ensino e aprendizagem sobre a história da escola e da comunidade e também para socializar essas experiências.

Segundo D’Ambrosio (2008, p. 10), “uma grande dificuldade do processo educacional é que o professor não conhece o ambiente cultural dos estudantes e, portanto, fica difícil reconhecer o que o estudante já sabe e o que é capaz de fazer”.

Com a municipalização da EI, a contratação de profissionais passa a ser realizada por meio de concurso público e processos seletivos para contratação de professores temporários, esses por desconhecerem a história, a cultura da comunidade e os princípios e pressupostos que orientam a educação do campo, muitas das vezes, “tomam como referência seu próprio ambiente cultural, sua cultura, suas experiências prévias” no desenvolvimento e organização da prática pedagógica (D’AMBROSIO, 2008, p. 10).

Objetiva-se, por meio do registro das memórias sobre a criação da EI contribuir para a potencialização das ações pedagógicas desenvolvidas com as crianças e os jovens da comunidade, valorizando a história da escola da época de acampamento como possibilidade para se conhecer o ambiente cultural, a cultura dos estudantes e as experiências acumuladas na EI.

A escola está presente em toda a história dos assentamentos Eli Vive I e II, contar essa história é contar o percurso dessa comunidade e da experiência da EI, enquanto escola inserida na luta pela reforma agrária, que vem se realizando num processo contra-hegemônico, com uma proposta pedagógica própria e construída no movimento histórico do MST.

**Referências**

BRASIL. CAPES. **Documento de Área – Ensino**. 2016. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/DOCUMENTO_AREA_ENSINO_24_MAIO.pdf>. Acesso em 1 de outubro de 2017.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise do percurso. **Trabalho Educação Saúde**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 35-64, mar/jun. 2009.

CAMINI, I. **Escola itinerante na fronteira de uma nova escola**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_\_; RIBEIRO, M. Escola itinerante: onde escola, luta e vida se entrecruzam. In: VENDRAMINI, C. R. MACHADO, I. F. (Org.) **Escola e movimento social:** experiências em curso no campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 133-160.

D’AMBROSIO, U. O Programa Etnomatemática: uma síntese. **Acta Scientiae**, Canoas, v. 10, n.1, p.7-16, jan./jun. 2008.

INCRA**. Incra instala famílias em lotes e firma parcerias para construção de moradias em assentamentos no Paraná.** Disponível em <http://www.incra.gov.br/incra-instala-familias-em-lotes-e-firma-parcerias-para-construcao-de-moradias-em-assentamentos-no-parana>. 2013. Acesso em: 30 de set. 2017.

MAGALHÃES, V. B. de; SANTHIAGO, R. S. **História Oral na Sala de Aula**. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2015.

SAPELLI, M. L. S. **Escola do Campo – espaço de disputa e de contradição**: análise da proposta pedagógica itinerante do Paraná e do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina. 2013. 488 .f. Tese Doutorado em Educação – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

POLÍCIA CIVIL. **Polícia Civil acaba com quadrilha que roubava gado de fazendas e ameaçava sem-terra**. Disponível em <http://www.policiacivil.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=141>. 2008. Acesso em: 30 de set. 2017.

1. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, e-mail: cintiapaiao@utfpr.edu.br, orientadora: Línlya Natássia Sachs Camerlengo de Barbosa. [↑](#footnote-ref-1)
2. Os mestrados profissionais da área de Ensino têm, de acordo com documento de área (BRASIL, 2016), a necessidade de desenvolvimento de um produto educacional. [↑](#footnote-ref-2)